



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

NAYARA SOUSA DE SENA

“(…) ELES ME FALAM QUE EU TINHA QUE TER NASCIDO HOMEM, MAS EU RESPONDO, NÃO DEUS ME FEZ MULHER MESMO”: uma reflexão sobre o ofício das mulheres marisqueiras em São João de Pirabas

ANANINDEUA-PA

2025

NAYARA SOUSA DE SENA

“(…) ELES ME FALAM QUE EU TINHA QUE TER NASCIDO HOMEM, MAS EU RESPONDO, NÃO DEUS ME FEZ MULHER MESMO”: uma reflexão sobre o ofício das mulheres marisqueiras em São João de Pirabas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História, do Campus Universitário de Ananindeua, como requisito obrigatório para obtenção de grau de Licenciatura em História, pela Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Anna Maria Alves Linhares

ANANINDEUA-PA

2025

NAYARA SOUSA DE SENA

“(…) ELES ME FALAM QUE EU TINHA QUE TER NASCIDO HOMEM, MAS EU RESPONDO, NÃO DEUS ME FEZ MULHER MESMO”: uma reflexão sobre o ofício das mulheres marisqueiras em São João de Pirabas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História, do Campus Universitário de Ananindeua, como requisito obrigatório para obtenção de grau de Licenciatura em História, pela Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Anna Maria Alves Linhares

Data de aprovação: 02/04/2025

Conceito: Excelente

Banca Examinadora:

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Anna Maria Alves Linhares
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Mestra Caroline Barroso Miranda
Examinador (a) externo (a)

Mestra Hortência Keize dos Santos Araujo
Examinador (a) externo (a)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus por ter me dado forças para não desistir e por me permitir chegar até aqui.

À minha família, em geral, e ao meu esposo, Joelton Luiz, que me apoiou e me apoia em todos os momentos. Aos meus filhos, Maria Clara e Joelton Filho, que são tudo na minha vida; é por eles e para eles que dedico todos os meus esforços.

À minha sogra, Socorro Sousa, e ao meu sogro, João Pantoja, pelo apoio incondicional. Aos meus pais, Maria Luiza e Manoel Trindade, que sempre estiveram ao meu lado.

Às minhas irmãs, Nayane Sena e Mayara Luz, pelo apoio constante.

À minha professora orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Anna Linhares, por ter me acompanhado e apoiado durante toda a construção do projeto, pela disponibilidade, pelas importantes contribuições, pela paciência, pelos ensinamentos e críticas, que me proporcionaram grandes aprendizados, e por ser uma grande referência para mim.

Às marisqueiras Rosa, Sebastiana, Adriana, Carmem e Ana, que aceitaram participar da pesquisa e compartilhar suas histórias de vida e saberes, com as quais aprendi muito e me encantei pela história de cada uma.

Não poderia deixar de agradecer à Prof^ª. Dr^ª. Sueny Souza, que foi um anjo em minha vida acadêmica e por quem nutro um enorme carinho.

Ao Prof. Dr. Wesley Garcia, pela empatia demonstrada no momento em que mais precisei, e a quem admiro profundamente.

À secretária Liene Augusta, que não mediu esforços para me orientar todas as vezes que precisei; obrigada pela sua gentileza.

Ô Maria Marisqueira que tu fazes?

Quem és tu?

Tiro lama, viro dama

Despenico sururu.

(Desa)

RESUMO

O presente artigo é resultado da pesquisa realizada com mulheres marisqueiras do município de São João de Pirabas, com o objetivo de investigar e compreender o trabalho realizado por essas mulheres neste município, localizado na região nordeste do Pará, microrregião do Salgado. O estudo, além de discutir a importância desse ofício e a invisibilidade dessas mulheres ao longo dos anos, também aborda a relação de gênero presente na pesca artesanal e, por fim, a relevância desse trabalho historiográfico para o ensino de História no município. O método utilizado para a realização da pesquisa foi a pesquisa de campo com abordagem qualitativa. Participaram da pesquisa cinco marisqueiras. Os instrumentos empregados para a coleta de dados foram a observação e a entrevista com perguntas semiestruturadas. Acredito que este trabalho possibilitou uma compreensão da vida dessas mulheres e de seu trabalho, reconhecendo sua importância como trabalhadoras e como mulheres que desempenham um papel fundamental para a economia do município. Além disso, o estudo permitiu a elaboração de um registro histórico dessa atividade realizada pelas mulheres de São João de Pirabas.

Palavras-chave: marisqueiras; trabalho; gênero; invisibilidade das mulheres; ensino de História.

ABSTRACT

This article is the result of research carried out with women shellfish gatherers in the municipality of São João de Pirabas, with the aim of investigating and understanding the work carried out by these women in this municipality, located in the northeastern region of Pará, in the Salgado micro-region. The study, in addition to discussing the importance of this craft and the invisibility of these women over the years, also addresses the gender relationship present in artisanal fishing and, finally, the relevance of this historiographical work for history teaching in the municipality. The method used was field research with a qualitative approach. Five shellfish gatherers participated in the research. The instruments used to collect data were observation and interviews with semi-structured questions. I believe that this work has made it possible to understand the lives of these women and their work, recognizing their importance as workers and as women who play a fundamental role in the municipality's economy. In addition, the study has made it possible to create a historical record of this activity carried out by the women of São João de Pirabas.

Keywords: shellfish gatherers; work; gender; invisibility of women; history teaching.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Carmem indo para a canoa levar os utensílios: balde e basqueta	14
Figura 2 – Carmem coletando o sururu	15
Figura 3 – Carmem lavando o sururu	16
Figura 4 – A retirada do “tapete” de mexilhão	17
Figura 5 – A lavagem do mexilhão	17
Figura 6 – Ana lavando o mexilhão	18
Figura 7 – O cozimento	19
Figura 8 – A catação	19
Figura 9 – Produto catado	20
Figura 10 – Produto embalado para venda	20
Figura 11 – Mexilhão/Mytella Falcata	23
Figura 12 – Sebastiana, ex-marisqueira	25
Figura 13 – Rosa apresentando a reserva em um encontro	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

RESEX	Reserva Extrativista
SEPAQ	Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. NO MANGUE E NA CASA: O OFÍCIO DA MARISCAGEM	13
3. MARISCAGEM E MARISQUEIRAS: UM OLHAR NECESSÁRIO.....	21
3. 1. Entre rios e mangues... Quem são as marisqueiras de São João de Pirabas?	23
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
FONTES	39
REFERÊNCIAS.....	40

1. INTRODUÇÃO

O município de São João de Pirabas foi criado pela Lei nº 5.433, de 10 de maio de 1988, estatuída pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará e sancionada pelo governador Hélio Mota Gueiros, sendo área desmembrada do município de Primavera, conforme o art. 1º da referida lei (IBGE, 2023). É o segundo em produção pesqueira entre os municípios que compõem a microrregião do Salgado paraense, segundo a Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura (SEPAQ), ano 2009. É nesse cenário predominantemente masculino que a presença feminina na pesca de subsistência é conhecida, desde a época em que o município era apenas uma vila do município de Primavera. A presença feminina na pesca permanece até os nossos dias.

Alguns fatores foram relevantes para a escolha desse tema, dentre os quais está o fato de que, mesmo não residindo em São João de Pirabas, e tendo familiares como avós e tios, eu sempre estava em São João de Pirabas nas férias e feriados desde minha infância e adolescência. Por conta disso, sempre tive contato com parentes, homens e algumas mulheres, que faziam a extração de mariscos, principalmente mexilhão e sururu e a maioria extraía apenas para consumo próprio; poucos utilizavam para comercialização. Estes vendiam para os marreteiros ou atravessadores, como eram chamados os compradores que revendiam os produtos em Salinas e Belém. Esses mariscos eram muito abundantes em Pirabas e pouco se vendia dentro do município, já que todos tinham acesso para coletá-los no mangue, e outros dividiam com os vizinhos.

Ao vir residir no município em 2019, tive contato com outra realidade: a venda em grande escala desses mariscos nas feiras, no mercado e nas ruas, por ambulantes com tabuleiros cheios de quilos de mexilhão e sururu. Então, minhas memórias de infância e adolescência vieram à tona, principalmente quando tive conhecimento de que a extração e, principalmente, a catação dos mariscos eram feitas, em sua maioria, por mulheres. Muitas vezes, essa era a única renda dessas mulheres. No entanto, devido à degradação desenfreada do meio ambiente, nos dias atuais esses mariscos encontram-se em locais mais distantes e de difícil acesso, causando maior esforço e trabalho para retirá-los do mar. Apesar de uma considerável participação feminina, essas mulheres seguem invisibilizadas.

A historicização fez com que a ordem masculina fosse construída e reproduzida ao longo dos tempos. Isso reforçou ainda mais essa diferenciação entre os gêneros, fazendo com que a mulher fosse invisibilizada. Segundo Mariane D'Oliveira e Carla Tavares (2011), essa distinção, a partir dos corpos, fez com que as mulheres fossem vistas não apenas como seres

invisíveis, mas também como desprovidas de capacidade intelectual e física. Esse pensamento, ao ser recriado na sociedade, atribuiu à mulher apenas o papel de cuidar da casa, procriar e obedecer primeiramente ao pai e, depois, ao marido, fortalecendo o patriarcado. Assim, a mulher foi sendo alijada de decisões importantes na sociedade, por conta da discriminação, subordinação e segregação enfrentadas por elas, que são engendradas por uma construção social de gêneros. Dessa forma, os diferentes papéis atribuídos a homens e mulheres são determinados pelo contexto social, político e econômico, e não pela biologia. Ao tratar sobre essa invisibilidade e passividade das mulheres, Simone de Beauvoir (1980, p. 21) afirma que: “Assim, a passividade que caracterizará essencialmente a mulher ‘feminina’, é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. É um erro pretender que se trata de um dado biológico, na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade”.

Então, ao observar a presença feminina nesse trabalho, questionei o motivo de se falar pouco ou quase nada sobre essas mulheres marisqueiras e a importância do trabalho que realizam. Nesse sentido, torna-se necessário definir as marisqueiras como mulheres que vão ao mangue coletar mariscos e também realizam o processo de retirada da carne dos cascos desses animais. Por realizarem essa extração, são conhecidas também como catadoras. Por isso, pretendo não apenas dar visibilidade ao trabalho dessas mulheres, mas também criar um espaço para que elas sejam ouvidas. Nesse caso, por meio de seu ofício, busco registrar para a posteridade a importância desse trabalho para o sustento das famílias, a preservação do meio ambiente, a manutenção das tradições e a economia local. Além disso, este estudo poderá ser utilizado como um recurso pedagógico no ensino da história local, já que, existe uma carência de estudos historiográficos focados nas mulheres marisqueiras de Pirabas, isto também, fortaleceu o desejo de realizar esta pesquisa, que, de certa forma, pode abrir caminho para que outras investigações sejam desenvolvidas no município a partir deste trabalho.

A pesquisa teve como campo investigativo a sede do município, considerando as residências das participantes e os rios onde a coleta foi realizada e registrada. Como metodologia, utilizou-se o estudo de caso, que, segundo Menga Lüdke (1986), destaca-se pela possibilidade de novas descobertas, fundamentando-se no pressuposto de que o conhecimento não é algo concluído, mas uma construção contínua. Essa abordagem valoriza não apenas os aspectos qualitativos dos fenômenos, mas também a participação ativa do pesquisador, que deve despojar-se de preconceitos e adotar uma atitude aberta diante do que observa. Participaram da pesquisa cinco mulheres marisqueiras, três que ainda exercem a atividade e duas que não atuam mais nesse ofício. Quanto à entrevista, Antonio Chizzotti (2001, p. 83) afirma que “os participantes da pesquisa qualitativa são autores de um conhecimento que deve ser elevado pela

reflexão coletiva ao conhecimento crítico”. Os instrumentos de coleta de dados foram a observação e a entrevista com perguntas semiestruturadas. A partir desta pesquisa, foi possível compreender não apenas a dinâmica do trabalho dessas mulheres, mas também suas histórias de vida e a relação de gênero nesse ofício, que vem resistindo ao longo da história do município de São João de Pirabas.

2. NO MANGUE E NA CASA: O OFÍCIO DA MARISCAGEM

O caminho percorrido durante a pesquisa foi cheio de desafios, e não poderia ser diferente ao se tratar do registro deste breve relato etnográfico sobre o processo da mariscagem realizado pelas participantes da pesquisa. Alguns desses desafios estavam ligados a questões de saúde das marisqueiras e de seus familiares, o que, de certa forma, as impedia de trabalhar em vários dias. Também podemos ressaltar o período de reprodução dos mariscos, o qual é necessário para que essas espécies não desapareçam totalmente dos mangues, embora já exista uma diminuição considerável dos mesmos. Mas, vencidas essas dificuldades, consegui acompanhar a marisqueira Carmem na captura de sururu e mexilhão e, com a marisqueira Ana, registrei o processo de cozimento e catação, conforme relatado a seguir.

A marisqueira Carmem (50 anos) reside em um bairro afastado do centro da cidade, chamado Boscolândia. Parte desse bairro é banhada pela maré e, conseqüentemente, rodeada por mangue. É nesse lugar que ela está realizando a captura neste período, devido ao fato de seu esposo estar operado e não poder ajudá-la a carregar as sacas para o barco, como costumam fazer quando vão à captura em praias nos arredores da cidade. Saímos no início da tarde, porque, segundo a marisqueira, a maré estaria baixa e seria possível fazer a coleta tanto do sururu quanto do mexilhão. Ela me disse ainda que, neste dia, a coleta seria apenas para o seu almoço e para uma parte destinada à venda de uma encomenda, ainda na casca. Carmem havia emprestado uma canoa do vizinho, caso “a maré crescesse muito e tivesse que ir mais longe”. Os utensílios que carregava eram uma basqueta, que é uma caixa grande com engradados para facilitar a lavagem do marisco, e um recipiente vazio de manteiga, vendido no comércio local e reutilizado como balde (Figura 1).

Figura 1 – Carmem indo para a canoa levar os utensílios: balde e basqueta.



Fonte: Nayara Sena (2024).

No caminho, contou-me um pouco mais de sua vida, suas dificuldades desde a infância trabalhando “na casa dos outros” e, depois, com o marido na mariscagem. Disse que se arrepende de não ter estudado mais para conseguir um emprego com carteira assinada e que, com o tempo, desistiu de “mudar de vida”. Quando chegamos ao porto, Carmem percebeu que a maré estava bem baixa e que seria possível fazer a captura bem próximo da beirada, sem necessidade de ir longe. Como ela mesma disse: “Tu tá com sorte, vai dar pra tirar o mexilhão daqui mesmo, sem ir longe (risos). Será que tu te garantia? (risos)”.

Enquanto a via caminhando em direção à canoa com os utensílios, quis registrar suas passadas na água escura desse porto, pois me lembrei do caminho percorrido por ela desde cedo em sua casa, o qual também me relatou em nossa conversa. Dentre as dificuldades que mencionou, destacou a necessidade de sair e deixar o marido, recentemente operado, sozinho e com apenas um café. Desde que ele não pôde mais trabalhar, antes mesmo da cirurgia, ela teve que se “virar” sozinha para “colocar as coisas em casa”, o que não era fácil. Nessa fala, concluí que, embora este trabalho ainda seja desvalorizado pelos pescadores – e posso dizer que até pelo próprio marido de Carmem –, é este ofício que, na maioria das vezes, sustenta os filhos e o marido, como foi relatado. Mesmo assim, ao ouvir Carmem falar sobre suas dificuldades, percebi nela uma mulher forte e corajosa, mas, ao mesmo tempo, tranquila em suas palavras, como se estivesse conformada com o destino que, segundo ela, “a vida lhe deu”. Em seguida, ela começou a falar sobre a diferença entre o sururu e o mexilhão, dizendo:

Nayara muita gente pensa que é tudo a mesma coisa mas não é. O sururu não vive no fundo do rio mas no mangue, por isso é mais fácil pra tirar por não precisa de barco, pelo menos quando dá aqui perto, e o mexilhão ele vive no

fundo do rio, quando tá muito longe a gente tem que ir de canoa pra longe e mergulhar um pouco fundo pra pegar os “pelos” onde eles vem tudo grudado um no outro. Vou tirar os dois hoje porque o mexilhão não tá fundo¹.

Ao chegarmos ao “portinho”, como é chamado o local onde ficam as canoas, deixamos nossas sandálias e entramos em um caminho misturado de barro e folhagem. Logo chegamos ao mangue, e Carmem me disse que a maré estava “morta”, ou seja, nem vazia nem cheia. Então, ela ajoelhou-se e começou a retirar com os dedos o sururu que estava na lama descoberta pela água. Com uma agilidade impressionante, ela ia tirando os moluscos e colocando-os em um saco de “cebola”, explicando que era nesse saco que os lavava. Depois de algum tempo retirando, ela lavou os sururus e os colocou no balde. Carmem comentou que, por conta da construção de muitas casas próximas ao rio, o lixo jogado pelos moradores no quintal das casas “tava fazendo sumir o sururu”. Por isso, era cada vez mais difícil encontrá-los nesse local. Em seguida, despejou o que havia coletado e lavado dentro de um balde (Figuras 2 e 3).

Figura 2 – Carmem coletando o sururu.



Fonte: Nayara Sena (2024).

¹ Informação concedida e autorizada por Carmem Lúcia Almeida do Nascimento, marisqueira de São João de Pirabas, em 06/05/2024, por meio de imagem e relato no trabalho.

Figura 3 – Carmem lavando o sururu.



Fonte: Nayara Sena (2024).

A seguir, Carmem me disse que iria tirar os mexilhões enquanto a água ainda estava fácil para mergulhar. Então, mergulhou e voltou à superfície com um “tapete de mexilhão”, ou “bucha”, como também é chamado, onde estavam presos vários mexilhões. Ela falou novamente sobre a escassez dos mariscos nessa área e, de onde estava, quase gritando, me disse: “Menina aqui já teve muito mexilhão mana, teve vez de eu tirar até duas sacas de cebola desse rio aqui junto com meu marido, agora é só pra comer mesmo e as vez nem dá”.

A preocupação de Carmem com a redução de mariscos ao longo dos anos, não apenas na área onde está coletando neste momento, mas também nos mangues de Pirabas, ressalta a importância de se ter uma voz nas discussões e ações voltadas para o meio ambiente, como veremos no próximo tópico no relato da ex-marisqueira Rosa, que hoje representa uma Reserva Extrativista (RESEX) no município.

Cada “tapete” que Carmem retirava do fundo da maré era colocado dentro de uma basqueta, pois, segundo ela, era mais fácil de lavar, já que a “bucha” saía com mais facilidade (Figura 4).

Figura 4 – A retirada do “tapete” de mexilhão.



Fonte: Nayara Sena (2024).

O chamado “tapete” de mexilhão é uma espécie de lama densa onde os mariscos se reproduzem e permanecem grudados. Por isso, a captura deve ser feita com a retirada do tapete. Dependendo da época e do local, esses tapetes podem ter tamanhos diferentes (Figura 5).

Figura 5 – A lavagem do mexilhão.



Fonte: Nayara Sena (2024).

Carmem vendeu o mexilhão colhido quando saímos do porto, pois disse que precisava de dinheiro para comprar mantimentos. Por conta disso, não foi possível registrar com ela o cozimento e a catação do marisco.

O registro a seguir foi realizado com a marisqueira Ana, que se colocou à disposição para contribuir com a pesquisa no que diz respeito ao processo de cozimento e catação do marisco. Quando cheguei à casa de Ana, ela estava em sua rotina diária, que, segundo ela, se repete todos os dias. Além de trabalhar na lavagem, no cozimento e na embalagem do marisco, Ana cuida de netos e filhos que moram com ela. É uma rotina frenética, posso assim dizer, daí o título desta seção, já que o trabalho não se encerra no mangue, ao que Federici (2019) postula que “a casa é um local de produção e não de descanso”, ou seja, alguns trabalhos considerados “simples” ou “fáceis”, como os domésticos, são na verdade partes de uma rotina cansativa e invisível dessas mulheres marisqueiras, e também “a reprodução da vida cotidiana, longe de ser um aspecto secundário da luta de classes, é o terreno onde se trava a batalha mais profunda”, enfatiza Federici (2019). Os trabalhos realizados pelas marisqueiras fora dos mangues, são na verdade, o centro da luta por justiça social, visibilidade e dignidade.

Ela havia chegado com o mexilhão, com a ajuda de um filho, e, sem delongas, iniciou imediatamente o processo de lavagem, pois, segundo ela, “se o sol esquentar eles se abrem e não prestam mais para comer e nem vender”² (Figura 6).

Figura 6 – Ana lavando o mexilhão.



Fonte: Nayara Sena (2023).

O mexilhão, por habitar e se reproduzir submerso e colado a “tapetes”, acumula muita lama em sua casca ao ser retirado desses tapetes. Além disso, por estar preso a eles por meio de um “umbigo”, é difícil evitar que essa lama permaneça no marisco, o que pode comprometer sua qualidade para consumo e venda, prejudicando o preparo de pratos nos restaurantes locais. Por isso, é necessário realizar uma boa lavagem antes do cozimento e do posterior processo de catação (Figuras 7 e 8).

² Informação concedida e autorizada por Ana Maria dos Santos Cardoso, marisqueira de São João de Pirabas, em 01/12/2023, por meio de imagem e relato no trabalho.

Figura 7 – O cozimento.



Fonte: Nayara Sena (2023).

Figura 8 – A catação.



Fonte: Nayara Sena (2023).

Segundo Ana, o ponto certo para o cozimento é quando a casca do marisco começa a se abrir. Após o cozimento, o mexilhão é colocado em uma bacia para esfriar e, em seguida, ser embalado para a venda (Figuras 9 e 10).

Figura 9 – Produto catado.



Fonte: Nayara Sena (2023).

Figura 10 – Produto embalado para venda.



Fonte: Nayara Sena (2023).

Diante de tantos conhecimentos tradicionais e ambientais descritos por estas mulheres ao longo desta pesquisa, e principalmente do vivenciado nesta etapa, é possível concluir que se tratam de narrativas que ultrapassam os limites convencionais da educação. Ou seja, são saberes tradicionais vivenciados pelas protagonistas deste enredo: as marisqueiras de São João de Pirabas. Esses conhecimentos, transmitidos de geração em geração, dificilmente são discutidos em sala de aula. Isso deve servir como um chamado para que as escolas do município ultrapassem seus muros e se aproximem da realidade de muitos alunos, filhos de marisqueiras, que, na maioria das vezes, não reconhecem a importância do trabalho realizado por suas mães. Acredito que alguns até sintam vergonha de se identificarem como filhos de marisqueiras.

Segundo Juliana Silva e Crislei Custódio (2021), a participação nesse universo de artefatos, valores, hábitos e objetos culturais atrelados ao trabalho das mulheres marisqueiras não apenas pode gerar mecanismos para que os alunos desenvolvam conhecimentos sobre sua realidade, mas também capacitá-los a contribuir para a renovação desse patrimônio cultural. Assim, os filhos dessas mulheres podem desenvolver um sentimento não apenas de

pertencimento, mas também de orgulho, ao compreenderem que o trabalho realizado por suas famílias é digno e de suma importância para a comunidade. Em vez de vergonha, poderiam sentir orgulho de dizer que são filhos (as) de marisqueiras, ressalto essa questão por conta de ouvir dos filhos dessas mulheres dizerem que queriam que sua mãe “trabalhasse com outra coisa e não que tirasse mexilhão na lama”, essas falas eram comuns nas rodas de conversas em minha adolescência, nas idas e vindas durante o período de férias na casa dos meus avós. E, na escrita deste trabalho, lembrei-me deste fato.

De acordo com Selva Fonseca (2006), a história local requer um tipo de conhecimento distinto daquele focado no alto nível de desenvolvimento nacional, podendo ser encontrada em elementos cotidianos e comuns. Assim, é possível situar o aluno no momento histórico em que vive, conectando esses processos à construção de sua história de vida. Em sua formação intelectual e social, o sentido de pertencimento é essencial. Ou seja, quando os filhos dessas mulheres têm a oportunidade de conhecer, em sala de aula, a história das marisqueiras e de se sentirem participantes dela, certamente se tornam mais aptos a reconhecer, no ambiente familiar e social, a relevância do trabalho dessas mulheres.

3. MARISCAGEM E MARISQUEIRAS: UM OLHAR NECESSÁRIO

As mulheres do município realizam muitas atividades ligadas às águas ao longo dos anos, geralmente transmitidas de mãe para filha. Essas atividades abrangem desde a pescaria em pequenos rios até a coleta de mariscos, incluindo sua extração ou catação. Como descrito no tópico anterior, o termo “marisqueira” faz referência à pescadora artesanal que centra suas atividades na extração de crustáceos ou moluscos em geral, garantindo a sobrevivência por meio do consumo e da venda (Falcão *et al.*, 2015). A “mariscagem”, por sua vez, está relacionada ao ofício de mariscar, ou seja, à captura e ao beneficiamento de mariscos em rios e manguezais. Na Classificação Brasileira de Ocupações, essas trabalhadoras estão classificadas sob o título de “catador de marisco”, categoria que compreende tanto o marisqueiro quanto o mariscador (Brasil, 2021).

Esse ofício representa uma herança cultural em que o conhecimento tradicional transmite valores e crenças ligados ao meio ambiente, especialmente aos manguezais. Na captura dos mariscos em rios e mangues, geralmente são utilizados apenas uma pequena embarcação e alguns utensílios, como balde, basqueta e sacos de cebola, para ajudar na lavagem.

Nesse panorama, convém ressaltar que, na dinâmica pesqueira, há uma divisão social do trabalho no que diz respeito ao gênero. Sobre isso, Cláudia Santana e Inailde Almeida (2022, p. 1) afirma que “na pesca artesanal, existe a divisão do trabalho social, estabelecida pela distinção de sexo, em que o homem é o agente prioritário a esfera produtiva, e a mulher a esfera reprodutiva no espaço pesqueiro com menor valor agregado social”.

Diante disso, a presença feminina no espaço pesqueiro é marcada pela exclusão social, herança da desigualdade entre homens e mulheres. Segundo Edna Alencar (1993), a organização do trabalho da pesca apresenta uma divisão caracterizada pela separação de atividades e espaços conforme os gêneros. Assim, o mar se configura como um espaço quase exclusivamente masculino, restando às mulheres o trabalho em terra, considerado de “menor” importância. Os critérios para essa ideia de “menor” importância estão ligados ao fato de que o trabalho em terra não apresenta perigo, sendo comparado ao trabalho doméstico realizado pelas mulheres e, assim, considerado composto por tarefas “fáceis”, às quais elas já estariam “acostumadas”. Nesse sentido, Fernanda Huguenin (2021) afirma que a perspectiva de gênero em relação à pesca tende a desvalorizar o trabalho doméstico e reprodutivo. Ou seja, nessa concepção, ser dona de casa e mãe não demanda trabalho, cansaço e muito menos organização. Trabalhos considerados “difíceis” socialmente não seriam atribuídos às mulheres, como os realizados nos rios.

É necessário também salientar que a legislação que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca caracteriza como pescador artesanal todo indivíduo que trabalha de maneira autônoma ou na gerência da economia familiar. Essa definição traz consigo um aspecto excludente em relação às mulheres da pesca, pois reconhece como pesca apenas a atividade de captura de peixes, enquanto a atividade pesqueira abrange outros aspectos, como a mariscagem.

De acordo com Roseni Calazans (2017), essas representações são transmitidas e reforçadas por gerações inteiras por meio das relações de gênero, que estabelecem hierarquias entre os moradores e no seio familiar. Segundo Yana Santana (2020), embora as mulheres marisqueiras tenham acesso a alguns benefícios previstos no Código da Pesca (Lei nº 11.959/2009), elas ainda são vistas como ajudantes. Ainda segundo Huguenin (2021), a Lei nº 13.902, de 13 de novembro de 2019, embora apresente as responsabilidades do poder público no apoio ao desenvolvimento das atividades realizadas pelas mulheres marisqueiras, não especifica que atividades são essas. Isso deixa uma lacuna no que se refere às tarefas realizadas por mulheres nos manguezais. Ademais, a nomenclatura “marisqueira” também necessita de uma reflexão crítica no que diz respeito às identidades.

No Brasil, devido às regionalidades existentes e à diferenciação das espécies, os moluscos conhecidos como mexilhões recebem diversas denominações, como: moluscos, marisco-preto, sururu, entre outras. Em São João de Pirabas, esse marisco é conhecido como sururu e mexilhão. O chamado *Mytella falcata*, nas ciências biológicas, é um organismo vivo que possui exoesqueleto e tem o corpo contido em uma concha formada por duas partes iguais, unidas por uma estrutura conhecida como ligamento e contendo linhas de crescimento (Figura 11).

Figura 11 – Mexilhão/*Mytella Falcata*.



Fonte: Coutinho e Torres (2014).

Dentre os recursos marinhos, os moluscos foram os primeiros a serem utilizados pelos seres humanos. Segundo Curtis Marean *et al.* (2007), esse fato se deve às características desse grupo, que facilitam sua captura, como: baixa mobilidade, previsibilidade, localização em áreas de fácil acesso na maioria das vezes e a necessidade de poucos recursos para sua coleta. Assim, a mariscagem, ao longo de várias gerações, proporcionou a construção de uma estreita relação entre o ser humano e o mundo natural, no que se refere ao sustento, à economia e ao meio ambiente, como veremos a seguir no ofício realizado pelas mulheres que fazem parte desta pesquisa.

3. 1. Entre rios e mangues... Quem são as marisqueiras de São João de Pirabas?

Ao iniciar minha trajetória em busca dessas mulheres, saber quem eram e onde viviam, constatei que ainda há um número expressivo de mulheres que exercem esse ofício no município, seja na captura de mariscos nos rios e mangues, seja na catação dos mesmos. Para a maioria delas, esse trabalho ainda é a única fonte de renda ou uma complementação para o sustento da família. O primeiro contato com as mulheres participantes desta pesquisa foi por telefone, com exceção de duas, sobre as quais falarei mais adiante. O objetivo desse contato

inicial era verificar se eu poderia visitá-las em suas casas para conhecê-las, bem como observar seu trabalho como marisqueiras, no contexto de uma pesquisa acadêmica. Ao concordarem, agendamos as visitas.

O primeiro encontro foi com Rosa, de 59 anos, cuja alegria em me receber era evidente. Já na porta, ela disse: “Não repare a bagunça, não tô bem de saúde esses tempos”. Ainda assim, estava toda arrumada, vestida de blazer, sapatos e com o cabelo penteado. Antes de iniciarmos a entrevista propriamente dita, ela contou que era marisqueira desde a adolescência e que havia iniciado o ensino fundamental com muito esforço, pois precisava vir de canoa todas as noites da praia da Fortaleza até Pirabas para estudar. Rosa mencionou que não trabalha mais como marisqueira devido a problemas de saúde adquiridos ao longo dos anos na maré, mas que ainda vai à cata de mariscos ocasionalmente, apenas para consumo próprio.

Ao falar sobre os motivos para deixar de exercer a atividade de marisqueira, Rosa confirmou a afirmação de Paulo Pena, Vera Martins e Rita Rego (2013): os trabalhadores artesanais, incluindo pescadores e extrativistas de mariscos, compõem um grande contingente e estão excluídos das políticas públicas de proteção à saúde do trabalhador. Ou seja, embora tenham direito previdenciário, o órgão responsável, a Previdência Social, apesar de contemplar essa categoria, não desenvolveu ações efetivas para garantir seus direitos. Então, fiz a primeira pergunta, que se referia ao início do trabalho como marisqueira:

Eu comecei acompanhando meu marido na pescaria que fazia aqui no rio, eu tinha 16 anos, ia quando não tinha parceiro e aí depois já fui direto com ele, a gente morava na praia, lá criei meus filhos. Eu ajudava a guardar o peixe, remava pra ele jogar a rede no rio e depois puxar a rede. Despescava curral, carregava panela de peixe na cabeça, pau pra o curral. Quando ele levava um companheiro eu não ia. Só depois por necessidade, eu fui tirar sozinha mexilhão, sururu, caranguejo, siri tudo que podia pegar, pra aumentar o dinheiro pras contas que os filhos tavam crescendo, o peixe ele vendia e o marisco era pra gente comer³.

A narrativa de Rosa sobre o início de sua atividade como marisqueira ainda na adolescência está ligada, como ocorre com a maioria das marisqueiras, à gravidez precoce, ao casamento nessa mesma fase da vida e à necessidade de sobrevivência. Trata-se de uma herança de uma sociedade patriarcal, na qual, sob a égide de uma estrutura social dominada pela figura do homem opressor e da mulher invisibilizada, a identidade feminina foi se esvaindo. A mulher

³ Informação concedida e autorizada por Rosa dos Santos Albuquerque, marisqueira e Presidente do Conselho Deliberativo da Resex Viriandeua de São João de Pirabas, em 17/09/2023, por meio de imagem e relato no trabalho.

passou a ser vista não como um ser humano detentor de direitos, mas como mera propriedade de seu senhor, a quem devia cega obediência e respeito. Além do ofício de marisqueira, Rosa era “esposa” e “ajudante” do marido; ou seja, uma adolescente e mãe que se sentia na “obrigação” de submeter-se ao trabalho cansativo e desgastante na maré para sustentar seus filhos.

Ao chegar à casa de Adriana, outra marisqueira participante da pesquisa, encontrei Sebastiana, de 80 anos, sogra de Adriana, que, ao ouvir sobre o objetivo de minha visita, perguntou-me se poderia contar sua história como uma das mais antigas marisqueiras de São João de Pirabas (Figura 12).

Figura 12 – Sebastiana, ex-marisqueira.



Fonte: Nayara Sena (2023).

Como não concordar? E então, começou a me contar:

Eu sou marisqueira, mas já sou aposentada como pescadora, mas sou marisqueira. Eu morava na praia e com 18 anos ajudava minha mãe, que já trabalhava como marisqueira, e não tinha filho homem. Quando eu comecei nós morava numa praia chamada tijolo, pra lá nós tirava mexilhão, caranguejo, lula, ostra, turu tudo eu tiro, tudo eu sei fazer, só não sei roubar (risos) eu não estudei no banco da escola, mas aprendi tudo com minha mãe. Tudo que a gente pegava era pra comer⁴.

⁴ Informação concedida e autorizada por Maria Sebastiana Mendonça, aposentada de São João de Pirabas, em 07/10/2023, por meio de imagem e relato no trabalho.

O ofício da mariscagem vem resistindo ao longo do tempo, principalmente porque é uma atividade transmitida de mãe para filha ou de sogra para nora, como relatado por Sebastiana. Ou seja, a mãe da entrevistada, que já era marisqueira, lhe ensinou a prática da mariscagem. As mulheres, por terem, na maioria das vezes, a responsabilidade pelo cuidado e sustento das filhas, as levam desde cedo para o mangue e a maré e, posteriormente, ensinam o ofício, perpetuando os saberes da mariscagem entre as gerações.

Sebastiana para por alguns minutos, como se estivesse organizando as memórias de sua vivência como marisqueira, buscando o início de tudo. Para Maurice Halbwachs (1990, p. 14), “a consciência não está jamais fechada sobre si mesma, nem solitária. Somos arrastados em múltiplas direções, como se a lembrança fosse um ponto de referência que nos permitisse situar em meio a variação contínua dos quadros sociais e da experiência coletiva histórica”.

É possível confirmar, na fala de Rosa e Sebastiana, mulheres que protagonizaram o início desse ofício, o que informalmente sempre se ouvia sobre o trabalho delas: que havia se iniciado e permanecido, por muitos anos, apenas como uma extensão das atividades realizadas no lar, ou seja, como um apoio ao marido ou ao pai que ia pescar e precisava de alguém para ajudá-lo. Embora o trabalho desenvolvido por essas mulheres fosse o mesmo realizado pelos homens quando iam de “companha” com o dono do barco – uma tarefa árdua, em condições precárias, sob o sol e, às vezes, mergulhando em profundidades perigosas –, seu trabalho não tinha (ou ainda não tem) o mesmo valor que o dos homens, sendo elas vistas apenas como ajudantes. Sobre tal constatação, Edna Alencar (1993, p. 65-66) discorre que:

O mar aparece como um espaço, principalmente ou exclusivamente masculino, onde ocorrem as atividades pesqueiras tidas como as mais significativas para a economia do grupo. Em terra, o elemento que se destaca é a mulher, atuando num espaço onde são realizadas as atividades consideradas de importância “menor”, as do espaço doméstico, as da agricultura e até mesmo aquelas realizadas nas beiras de praia. São assim percebidas porque não geram renda, ainda que tenham essa visão, sabemos que são atividades significativas porque complementam ou suportam a atividade principal realizada no mar, a pesca.

Assim, esse modelo de divisão sexual do trabalho, o papel da mulher de forma coadjuvante e sua invisibilidade no trabalho da pesca têm se perpetuado ao longo do tempo, obscurecendo a importância das atividades femininas, seja no mar ou em terra.

Adriana, nora de Sebastiana, tem 36 anos, escolaridade fundamental incompleta e ainda trabalha como marisqueira. Quando perguntei como iniciou seu trabalho, ela respondeu:

Eu trabalho há mais de vinte anos na maré com ele aí (apontou para o marido) a gente trabalha com mexilhão e sururu. Antes quando eu era solteira trabalhei em casa de família e aí quando me juntei eu comecei trabalhar na maré, me dediquei, ele trabalha “prum” lado com caranguejo e eu pro outro meu mexilhão. Quando a produção do mexilhão já começa a aparecer, a gente fica só no mexilhão, quando acaba os meses do mexilhão, a gente só fica no sururu porque já fica o ano todo tirando e esse trabalho é como a gente consegue dinheiro pra manter nossa casa e tudo vem do mexilhão. Mas agora eu sou encarregada de uma turma que vai tirar pra gente vender, ele vai pescar e eu fico responsável em comandar a turma de tiradores, mas ele também tem uma turma dele, porque temos entrega pro nosso patrão na quantidade certa. Antes de trabalhar como marisqueira eu trabalhava como doméstica⁵.

A dicotomia entre espaço público e privado na divisão sexual do trabalho está na base da classificação bipolar dos espaços sociais de domínio de cada gênero. Assim, socialmente, as mulheres são responsáveis pelo domínio do privado, o que lhes confere o reconhecimento como cuidadoras, enquanto aos homens cabe o papel de provedores, por agirem no espaço público. Na pesca artesanal, o mar representa o domínio público. Essa classificação permite que as atividades desenvolvidas por mulheres sejam invisibilizadas e, por consequência, haja sua desvalorização no meio social. Ellen Woorteman (1992, p. 18) afirma: “(...) a atividade de homem pescador é completa porque ele é a comunidade total, pois a identidade masculina constitui a ‘identidade do grupo’”. Ou seja, na narrativa de Adriana, percebe-se que, embora ela esteja encarregada de uma “turma”, como ela mesma diz, o trabalho ainda está muito atrelado aos homens. Durante a conversa, ela afirmou que sua turma de tiradores é composta apenas por homens, o que levanta a questão: por que não apenas mulheres? Ressalto também sua fala ao afirmar que “todo sustento vem do mexilhão”. Isso demonstra que as marisqueiras desempenham um papel importante na cadeia produtiva, contribuindo para a dinâmica econômica local por meio da extração de mariscos, embora ainda sejam invisibilizadas pela sociedade.

Para Adriana, a mariscagem, diferentemente das entrevistadas anteriores, não é apenas para consumo, mas também para venda, realizada tanto no comércio local quanto fora do município. Antes de saírem para trabalhar, já têm a noção de quanto precisam retirar, pois geralmente já possuem encomendas para entregar. É possível observar um vislumbre de protagonismo em seu ofício de marisqueira quando ela relata que: “Mas agora eu sou encarregada de uma turma que vai tirar pra gente vender, ele vai com a turma dele pro caranguejo e eu fico responsável em comandar a turma de tiradores de mexilhão”.

⁵ Informação concedida e autorizada por Raimunda Corrêa da Silva (Adriana), marisqueira de São João de Pirabas, em 07/10/2023, por meio de relato no trabalho.

Digo apenas um “vislumbre de visibilidade”, porque, mesmo Adriana estando no comando da turma de tiradores, ela continua invisibilizada, já que o marido ainda é visto como o protagonista desse trabalho. Não observei, em nenhum momento das entrevistas ou nas falas dessas mulheres, qualquer menção ao fato de se sentirem invisibilizadas, e acredito que isso ocorra porque elas não percebem essa invisibilidade, pois se enxergam apenas como ajudantes dos maridos, e não como profissionais detentoras de um conhecimento que contribui para a geração de renda, com grande relevância para a comunidade, para o sustento de suas famílias e para a economia do município.

Nesse mesmo entendimento, Shirlena Amaral e Ari Neto (2021, p. 265) afirmam que: “A atuação da mulher neste universo ocorre, com algumas exceções, num contexto de invisibilidade e desvalorização do seu trabalho, entendido como uma extensão das tarefas domésticas e não como um ofício propriamente dito”.

Ou seja, o gênero, em uma sociedade patriarcal, sempre representará um campo de forças no qual o homem é associado à ideia de autoridade e chefe da família, enquanto a mulher é colocada em uma posição de complementação e subordinação. Apesar das diversas conquistas das mulheres ao longo do tempo, ainda há um caminho a ser percorrido no que diz respeito à equiparação de gêneros na sociedade. Essa realidade torna-se ainda mais evidente quando se refere às mulheres que atuam nas atividades pesqueiras, frequentemente invisibilizadas e marginalizadas. Isso ocorre não apenas por viverem à margem da sociedade, mas também por estarem inseridas em um ambiente que a sociedade considera exclusivamente masculino.

Com base na afirmação de Adriana e na percepção que tive de sua fala durante a entrevista, quero acreditar que ela seja, de fato, a exceção descrita na fala do autor citado. No entanto, conforme Djamila Ribeiro (2017, p. 31), não se pode entender o lugar de fala como algo exclusivamente individualizado, embora sua origem seja na visão individual, postulando que:

(...) a experiência de fulana importa, sem dúvida, mas o foco é justamente tentar entender as condições sociais que constituem o grupo do qual fulana faz parte e quais são as experiências que essa pessoa compartilha ainda como grupo. (...) o fato de uma pessoa ser negra não significa que ela saberá refletir crítica e filosoficamente sobre as consequências do racismo. Inclusive, ela até poderá dizer que nunca sentiu racismo, que sua vivência não comporta ou que ela nunca passou por isso.

Isto é, no coletivo há a possibilidade de que certos grupos, neste caso, mulheres marisqueiras, entendam o seu caminhar na sociedade na qual estão inseridas e reivindiquem seu

espaço. Assim, pode-se concluir que o lugar de fala, ao mesmo tempo que reconhece os contextos discursivos nos quais as pessoas estão inscritas, também abre espaço para a representatividade, que significa a possibilidade de pensar criticamente esse lugar, reconhecendo nele fronteiras que devem ser respeitadas. Isso porque, embora a representatividade delimite essas fronteiras, ela também possibilita o trânsito entre elas.

Meu encontro com Carmem, de 50 anos, outra entrevistada, aconteceu de uma forma muito inusitada, e gostaria de compartilhá-lo. Em certa manhã, ela chegou à minha casa perguntando se eu não queria comprar mexilhão. Percebi que carregava um saco com mexilhões ainda na casca. Naquele período, eu já havia realizado as entrevistas, mas não me contive ao observar naquela mulher uma força que contrastava com o desgaste evidente em seu corpo magro e seus cabelos queimados, provavelmente pelo sol escaldante. Decidi, então, que ela faria parte da minha pesquisa.

Convidei-a para entrar e perguntei se queria água ou café, e ela aceitou. Antes de decidir se compraria ou não os mexilhões, iniciei uma conversa para saber um pouco mais sobre ela. Carmem me contou que estava, desde cedo, tentando vender os mexilhões para conseguir dinheiro para a passagem do marido, que precisava realizar um exame em Capanema (município próximo a São João de Pirabas).

Na fala de Carmem sobre estar trabalhando para “conseguir dinheiro para seu esposo”, podemos refletir sobre o que Lavínia Palma, Iara Richwin e Valeska Zanello (2021) propõem ao pensar sobre os caminhos que subjetivam as mulheres em nossa cultura: um dos dispositivos é o materno. Ou seja, em nossa sociedade sexista, as mulheres são ensinadas, desde muito cedo, a cuidar, o que lhes confere um lugar de importância e agrega valor. No entanto, trata-se apenas de um “empoderamento colonizado”, já que o cuidado, embora traga valor e reconhecimento, não subverte as condições estruturais de poder e opressão.

Então, comprei os mexilhões e perguntei se ela gostaria de participar de uma pesquisa sobre o ofício das marisqueiras de Pirabas. Carmem me respondeu: “Eu? (risos) Meu Deus! E o que é pra fazer?”. Expliquei como tudo se daria e marquei o dia de ir entrevistá-la. No dia combinado, fui até sua casa, localizada em um bairro afastado do centro da cidade, e iniciei perguntando como começou o seu trabalho como marisqueira. Ela respondeu:

Eu comecei a trabalhar como marisqueira há 14 anos, quando eu me juntei com meu marido e ia com ele pra ajudar tirar o mexilhão ou sururu e depois limpar tudo pra vender. “Ante” disso eu trabalhava como doméstica nas casas de família e desde nova eu queria estudar e ser alguém na vida, mas depois

que tive filho e o trabalho na maré não deu mais, parei na quarta série. Mas queria que meus filhos estudassem⁶.

As marisqueiras, por serem mulheres, sofrem em uma sociedade machista que lhes exige além do que o corpo e a mente podem oferecer, muitas vezes com jornadas de trabalho que se estendem da casa ao mangue, ou vice-versa. As obrigações dessas mulheres são múltiplas, o que apenas confirma o quanto o trabalho feminino é incorporado de forma desigual pelo sistema capitalista, perpetuando a desigualdade de gênero. Nesse sentido, Roseni Jesus (2015, p. 19) salienta que:

O que ocorre é que isso também diz respeito às relações de gênero estabelecidas ao longo dos anos, com as mulheres sempre responsabilizadas pelos afazeres domésticos, submetidas a imposições sexistas e sendo podadas do direito de aprender e realizar atividades fora do âmbito familiar.

Tal afirmação nos mostra que as causas que levam as mulheres marisqueiras e sua prática de trabalho no manguezal a serem vistas como apenas uma “ajuda” ou “companha” para o marido, sem nenhum destaque quando comparadas ao trabalho desenvolvido por homens neste mesmo ofício, estão diretamente ligadas à desigualdade de gênero nas comunidades pesqueiras. Isso ocorre porque tal atividade é basicamente predominante masculina.

Ao perceberem que todo o trabalho que realizam não é valorizado nem reconhecido pela sociedade como importante, surge a questão de querer estudar para ser “alguém na vida”. Essa percepção está ligada ao fato de que essas mulheres não são apenas um “agente invisível ou inferior”, mas também vivem uma invisibilidade respaldada por uma sociedade patriarcal e machista. Além disso, são privadas de autonomia financeira, já que não administram o valor arrecadado com a venda do produto retirado do mangue, ficando, assim, reféns da dependência emocional, moral e econômica dos homens.

Observa-se ainda, nas falas dessas mulheres, que, além de começarem a trabalhar muito cedo ao acompanharem os pais ou as mães, também se casam ou juntam-se muito jovens, o que dificulta o acesso ao ensino formal. Isso ocorre porque, na maioria das vezes, engravidam precocemente e, além do trabalho na mariscagem, precisam cuidar dos filhos. Ou seja, a gravidez precoce e a necessidade de sobrevivência não lhes deixam tempo para frequentar a escola, fato constatado nas respostas das entrevistas sobre a escolaridade. Algumas relataram que tentaram voltar aos estudos algumas vezes, mas, por conta da rotina cansativa e sem hora

⁶ Informação concedida e autorizada por Carmem Lúcia Almeida do Nascimento, marisqueira de São João de Pirabas, em 06/05/2024, por meio de imagem e relato no trabalho.

certa para estarem na maré, não encontraram disposição para continuar. Porém, não querem que esse seja o destino de seus filhos e filhas, como afirmam ao serem perguntadas sobre essa questão. Os depoimentos e entrevistas dessas mulheres nos remetem ao que Núbia Marques (1983, p. 4) afirma:

A produção e reprodução do sistema capitalista tornam-se mais evidentes no trabalho da mulher (...) a mulher, além da tarefa econômica, o peso da responsabilidade do trabalho, esteio da sobrevivência da família, ainda lhe sobejam as tarefas domésticas que são de sua exclusiva competência.

No entanto, embora algumas tenham falado com um pouco de nostalgia sobre não terem estudado, é notório o conhecimento empírico que possuem. Elas têm o conhecimento do período em que uma espécie ou outra está pronta para ser retirada, organizam-se para não ficarem sem renda, conhecem os períodos das marés, os utensílios necessários e todo o processo que envolve a extração dos mariscos até sua comercialização. Ou seja, mesmo com a ausência de estudo formal, elas possuem saberes adquiridos por meio de suas vivências e experiências de muitos anos na pesca artesanal, ao que reforça Krenak (2019): “não somos separados da terra. Somos a terra que anda”, isto é, as marisqueiras tem uma relação de ancestralidade com o manguezal, diferente de uma exploração predatória. E esta relação que as mesmas possuem com o mangue, contribui para que haja um rompimento de dominação no espaço do manguezal.

Contudo, não reconhecem esse conhecimento como algo importante, o que se percebe quando Carmem diz: “Desde nova eu queria estudar e ser alguém na vida”. No entanto, Paulo Freire (2014, p. 14) afirma que: “A educação tem caráter permanente. Não há seres educados ou não educados (...). Estamos todos nos educandos. (...). Portanto, não há saber e nem ignorância absoluta, há somente uma relativização do saber ou da ignorância”.

Ou seja, carregamos uma bagagem de conhecimentos, não importando o trabalho que a pessoa exerça, já que cada um tem suas especificidades de saberes, os quais deveriam, em tese, ser valorizados.

A pergunta sobre as dificuldades para realizar o trabalho da mariscagem trouxe uma gama de informações sobre o dia a dia dessas mulheres. De acordo com as marisqueiras:

Eu sentia mais dificuldade no trabalho da pesca, porque eu pescava com o meu marido, e é muito difícil mesmo, porque eu tinha que conduzir o barco e também pra despescar o curral era pior porque podia pisar numa raia e ficar meses de cama, e também o peso que carregava. Na tirada do mexilhão e sururu a dificuldade maior era o sol muito forte, chegava a despelar porque a gente ficava no meio do mar, mergulhando e voltando com o pelo do mexilhão⁷.

A maior dificuldade que eu sentia era ficar só no mangal e carregar o saco com o mexilhão, arrastando por cima de raiz, pau, as vez até caindo e se ferindo, mas tinha que chegar na bera da maré. Eu cansei de tirar sozinha levar pra canoa e voltar de novo pro mangal mas não tinha outro jeito, meu marido tava tirando caranguejo pro outro lado⁸.

Não, a gente sente dificuldade porque é mulher tá entendendo? Mas do trabalho eu gosto muito, não sei ficar parada. Mas eles diz pra mim, tu tinha que nascer homem, porque tu trabalha igual homem, eles falam assim pra mim. Mas eu me garanto no trabalho⁹.

Eu sinto muita dificuldade, porque tipo assim né, como eu trabalho com meu marido né, que é nós dois, eu passei a ser marisqueira através dele quando eu me meti com ele, que ele já era muito tempo já. Então é assim que nem agora ele vive doente, pra mim tá difícil tá sozinha trabalhando e agora ele não pode carregar peso, fica dificultoso pra mim levar pra casa e catar pra vender e tô vendendo na casca mesmo¹⁰.

É um trabalho um pouco pesado, a gente tem que carregar aquele peso todo, cheio de lama pra trazer até lá pro porto pra gente lavar tudinho, esse é um trabalho muito difícil, porque é esse é um trabalho pra homem, não pra mulher, ah... mas eu encaro¹¹.

Observa-se que, em todas as narrativas, alguns elementos estão diretamente ligados à qualidade de vida dessas mulheres, já que, ao longo do tempo, elas exercem um trabalho exaustivo, árduo e perigoso, que requer determinação, coragem e paciência. Ficam expostas à lama do manguezal por longos períodos, o que lhes causa sérios problemas de saúde. Magda Oliveira (2018, p. 27) afirma que:

⁷ Informação concedida e autorizada por Rosa dos Santos Albuquerque, marisqueira e Presidente do Conselho Deliberativo da Resex Viriandeua de São João de Pirabas, em 17/09/2023, por meio de imagem e relato no trabalho.

⁸ Informação concedida e autorizada por Maria Sebastiana Mendonça, aposentada de São João de Pirabas, em 07/10/2023, por meio de imagem e relato no trabalho.

⁹ Informação concedida e autorizada por Ana Maria dos Santos Cardoso, marisqueira de São João de Pirabas, em 01/12/2023, por meio de imagem e relato no trabalho.

¹⁰ Informação concedida e autorizada por Carmem Lúcia Almeida do Nascimento, marisqueira de São João de Pirabas, em 06/05/2024, por meio de imagem e relato no trabalho.

¹¹ Informação concedida e autorizada por Raimunda Corrêa da Silva (Adriana), marisqueira de São João de Pirabas, em 07/10/2023, por meio de relato no trabalho.

O trabalho das mulheres na pesca exige ainda que elas permaneçam muito tempo em posição de agachadas, o que faz com que venham a ter forte dores na coluna, devido também o peso dos baldes e de outros utensílios de apoio ao ofício a exemplo do sambará, que utilizam para transportar, o resultado dos produtos pescados, há ainda agravantes referentes aos movimentos repetitivos, a exposição ao sol, as variações climáticas e sobretudo aos acidentes como: picadas de cobra, ferimentos por garrafas de vidro quebradas em área de mangue.

Ou seja, mais fácil do que o trabalho desenvolvido por essas mulheres não há nada, mas, ainda assim, ele não é valorizado, pois são mulheres. Trata-se de um trabalho não assalariado e que, embora algumas mulheres estejam registradas na Colônia de Pescadores Z-8 do município, conforme dados coletados informalmente com a presidente da colônia, nem todas conseguem acessar os benefícios que poderiam ter como pescadoras artesanais, devido não conseguirem pagar o valor mensal para a colônia. O trabalho artesanal, que envolve o cotidiano das marisqueiras, também expressa questões relacionadas à organização do trabalho na ordem capitalista, sendo que, as condições de trabalho vivenciadas influenciam diretamente sua organização social. Em outras palavras, todos os aspectos de suas vidas acabam afetados por essas etapas. Conforme aponta Diego Cavalcanti (2010, p. 34):

A pesca artesanal é caracterizada pela introdução de relações de produção capitalista, por menor que seja, onde o pescado se torna a principal atividade de subsistência, o grupo doméstico é importante, mas não constitui o núcleo de produção. A produção de um pequeno excedente começa a surgir e aparece a necessidade de um mercado ou atravessador.

Assim, o ambiente inóspito e propício a acidentes ocupacionais é reflexo das precárias condições de trabalho das mulheres marisqueiras nesse contexto. Soma-se a isso a dificuldade de acesso a políticas públicas essenciais, como saúde e educação. Outros elementos acentuam ainda mais as dificuldades nesse trabalho, sendo um desses elementos o modo como ele é realizado, ou seja, pautado na prática extrativista tradicional, caracterizada, neste caso, por ações rudimentares que demandam um esforço físico intenso na coleta dos mariscos.

Na fala de Ana: “A gente senti dificuldade porque é mulher, tá entendendo? E eles diz pra mim: ‘Tu tinha que nascer homem, porque tu trabalha igual homem’. Eles fala assim pra mim”. Nessas falas, é possível perceber as representações das relações de gênero constituídas socialmente, que delimitam a divisão simbólica dos sexos, possibilitando a compreensão das relações sociais, especialmente as relações entre mulheres e homens. Helena Hirata e Daniele Kergoat (2007, p. 599) postulam que:

Dois princípios organizadores da divisão social do trabalho, tem se perpetuado em diversas sociedades ao longo do tempo, os quais são, o princípio da separação, que traz a distinção do que é trabalho de homem e o que é da mulher; e o hierárquico, o qual coloca o trabalho do homem com maior valor do que o da mulher, expressando assim uma desvalorização do trabalho executado pelas mulheres.

Neste sentido, a reprodução de um formato familiar no qual a mulher é destinada à responsabilidade de desempenhar as tarefas do lar, por serem consideradas de menor valor, acaba demandando uma constante articulação dessas mulheres entre os papéis familiares e aqueles que desenvolvem no âmbito produtivo. Essa visão, por sua vez, é naturalizada de tal forma que, quando uma mulher realiza esse trabalho com eficiência e força, surgem falas como: “Tu tinha que nascer homem, porque tu trabalha igual homem”.

Quando perguntadas se consideravam seu trabalho importante, as entrevistadas respondem:

Eu considero porque é importante a gente trabalhar, a gente tem um objetivo né, de se alimentar¹².

Eu considero sim, por causa que é um marisco e alimenta muitas pessoas¹³.

Eu considero sim, porque é um trabalho digno né, onde a gente mantém nossa família, não tem outro negócio pra gente trabalhar se não for maré, ou então com negócio de tiração de sururu, mexilhão e caranguejo, não dá pra tá dependendo só de bolsa família não¹⁴.

Nas falas, foi perceptível a postura de algumas mulheres em reconhecer a importância de seu trabalho como suporte financeiro e alimentar, tanto para suas famílias quanto para a localidade. No entanto, no que diz respeito a reconhecer o que fazem como um trabalho, um ofício, elas ainda consideram sua atividade apenas uma extensão daquela realizada no lar. Esse discurso, porém, não é exclusivo das mulheres, mas é reproduzido principalmente pelos homens, como postula Edna Alencar (1993, p. 69).

(...) é também um discurso dos homens, à medida em que estes desempenham seus papéis de chefe de família, atuando no espaço da casa. As mulheres tendem a reproduzir o discurso masculino, pois sua identidade é construída a

¹² Informação concedida e autorizada por Ana Maria dos Santos Cardoso, marisqueira de São João de Pirabas, em 01/12/2023, por meio de imagem e relato no trabalho.

¹³ Informação concedida e autorizada por Carmem Lúcia Almeida do Nascimento, marisqueira de São João de Pirabas, em 06/05/2024, por meio de imagem e relato no trabalho.

¹⁴ Informação concedida e autorizada por Raimunda Corrêa da Silva (Adriana), marisqueira de São João de Pirabas, em 07/10/2023, por meio de relato no trabalho.

partir de sua alteridade, que é o homem. Este, por sua vez se define pelo trabalho que desenvolve e que é o homem. Este, por sua vez se define pelo trabalho que desenvolve e que é visível, a pesca.

E, por conta disso, quando se expressa a visão do grupo sobre o trabalho na pesca, as falas traduzem mais a perspectiva masculina, cuja identidade está centrada na figura do provedor. O trabalho da mulher, por outro lado, é invisível, não aparece, mas é o que faz e desfaz. É possível perceber, nas falas dessas mulheres, um arcabouço de informações que nos leva a refletir sobre o papel da mulher na sociedade e o seu trabalho – um papel negligenciado tanto nas escolas quanto na sociedade como um todo.

Quando perguntadas sobre algum tipo de preconceito nesse trabalho, destaco a resposta de Ana, que afirmou:

Pois é eu sinto isso quando eles me falam que eu tinha que ter nascido homem, mas eu respondo, não Deus me fez mulher mesmo, eu trabalho mesmo como homem entendeu?¹⁵

É importante perceber, nesta fala, a existência de um “jogo de invisibilidades”, como bem afirma Motta-Maués (1999, p. 382), ao dizer que: “O trabalho feminino é discriminado tanto interna quanto externamente, a pesca é pensada como atividade predominantemente masculina desde o discurso público das comunidades até as políticas públicas para o setor”.

Ou seja, mesmo a entrevistada reconhecendo-se como mulher, afirma que seu trabalho é de homem. Assim, continua reproduzindo e privilegiando o discurso do saber masculino, considerado dentro de uma perspectiva histórica. As mulheres que atuam na atividade da pesca sofrem com a invisibilização e marginalização em relação à sua participação laboral, em um contexto visto como estritamente masculino, que enfatiza a ideia de fragilidade feminina, fracasso e insucesso durante o exercício, seja da pesca ou da mariscagem.

As demais entrevistadas foram unânimes em dizer que não sofrem preconceito algum quando estão trabalhando. Tais respostas podem estar ligadas ao fato de trabalharem junto com o marido ou filhos na extração dos mariscos. No caso de Ana, ela vai com “conhecidos”, em sua maioria homens. Outra análise possível é que, embora ouçam algumas falas preconceituosas, elas não as identificam como preconceito em relação ao gênero ou ofício, ou seja, podem não reconhecer as violências como tais. Segundo Silvia Martínez e Luceni Hellebrandt (2019), mesmo que haja tentativas de inibir a presença feminina na pesca, seja

¹⁵ Informação concedida e autorizada por Ana Maria dos Santos Cardoso, marisqueira de São João de Pirabas, em 01/12/2023, por meio de imagem e relato no trabalho.

como pescadoras artesanais ou marisqueiras, é possível afirmar que as mulheres possuem uma atuação significativa no contexto social da comunidade, estando sempre como protagonistas da rotina comunitária.

Para enfatizar esse protagonismo, quero registrar que a marisqueira Rosa, que não exerce mais a profissão e participou desta pesquisa, estava desde o início pleiteando uma vaga no Conselho Deliberativo de uma Reserva Extrativista (Resex). No início da pesquisa, em 2023, a Resex era apenas um projeto do governo federal. Rosa procurou-me para informar que havia sido escolhida para fazer parte do Conselho Deliberativo que administrará a Reserva Extrativista (Resex) Viriandeua. Suas palavras foram:

Nunca pensei que uma marisqueira, só com o fundamental incompleto pudesse ter um cargo desse, e não foi fácil porque pensam que não vou dar conta do recado. Mas eu vou fazer de tudo pra aprender e ajudar minhas companheiras tanto na preservação do mangue que tá se acabando, como na luta pelo que é direito. Eu tô muito feliz, muito feliz. E vim pra lhe dizer que coloque no seu trabalho aí isso, essa conquista de uma marisqueira¹⁶.

Figura 13 – Rosa apresentando a reserva em um encontro.



Fonte: Rosa Albuquerque (2024).

A Resex Viriandeua foi criada no dia 21 de março de 2024 pelo Decreto Federal nº 11.958, de 21 de março de 2024. Abrange uma área de 34 mil hectares nos municípios de São João de Pirabas e Salinópolis, dividida em três áreas, onde vivem cerca de 3.500 famílias. Essa participação é fundamental para desconstruir a existência de estereótipos que permeiam o

¹⁶ Informação concedida e autorizada por Rosa dos Santos Albuquerque, marisqueira e Presidente do Conselho Deliberativo da Resex Viriandeua de São João de Pirabas, em 17/09/2023, por meio de imagem e relato no trabalho.

processo de desvalorização do trabalho digno dessas mulheres. Dito isso, Maneschy, Deis Siqueira e Maria Álvares (2012, p. 730) afirma que:

Ao buscarem a participação, as mulheres objetivam a representação dos pescadores, como também da comunidade, parte-se de uma ideia que ultrapassa a reivindicação dos direitos, de modo que perpetue sua participação nas instâncias políticas, em contextos socioculturais e socioambientais, a fim de desvelar assuntos pautados à democracia, aos direitos e às dinâmicas ambientais.

A grande relevância de se ter uma marisqueira ocupando espaços de discussão sobre o meio ambiente está ligada ao fato de que a mariscagem, como qualquer outro trabalho especificamente humano, realiza-se por meio da interação entre os homens e mulheres e a natureza. Ou seja, estes transformam a natureza para satisfazer suas necessidades. Assim, as transformações que a relação entre os seres humanos e a natureza vêm sofrendo ao longo dos anos afetaram de forma significativa o trabalho dessas mulheres, já que, a destruição dos manguezais acarreta muitos entraves à mariscagem, na medida em que atinge o meio de sustentabilidade familiar, reduzindo o espaço geográfico de extração dos mariscos.

Encerrar esta subseção, que tem em seu título “Entre rios e mangues”, espaços que, ao longo da vida das mulheres marisqueiras, foram muito além de locais de trabalho, com a informação de que uma mulher negra, com ensino fundamental incompleto, mãe, marisqueira e sempre ajudante do marido, conquistou um lugar em discussões e ações relacionadas ao seu trabalho, por conta de seus conhecimentos não apenas formais, mas também empíricos, desperta em mim o desejo de não parar por aqui e buscar, por meio da pesquisa, discussões relevantes para este grupo invisível aos olhos deste município.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou investigar e compreender o trabalho das marisqueiras de São João de Pirabas, com foco em uma abordagem histórica, evidenciando as condições de trabalho, as questões relacionadas ao preconceito de gênero, bem como, a invisibilidade dessas mulheres no contexto social do município.

Assim, a partir da pesquisa realizada com base nos referenciais teóricos, nos instrumentos de pesquisa qualitativa e em uma breve etnografia, foi possível perceber que o contexto envolve não apenas as tradições referentes ao trabalho das marisqueiras, que em alguns casos é transmitido de mãe para filhas, mas também, e principalmente, a mariscagem realizada

por mulheres, frequentemente vistas como “ajudantes” e não como protagonistas de seu ofício. Isso reflete a marca da divisão sexual do trabalho na pesca artesanal e, conseqüentemente, no ofício da mariscagem.

Outro ponto que merece destaque diz respeito à sobrecarga de trabalho dessas mulheres, tanto na rotina diária no mangue quanto nos afazeres domésticos. Muitas vezes, mesmo doentes, elas ignoram sua dor, pois precisam sustentar suas famílias. Ressalto também a fragilidade enfrentada por essas mulheres devido à ausência de políticas públicas que poderiam oferecer suporte para atender às suas necessidades.

Além disso, é essencial discutir a invisibilidade dessas mulheres na sociedade pirabense, pois, apesar de exercerem um ofício que atravessa gerações, os homens são frequentemente retratados como protagonistas do trabalho árduo, enquanto as mulheres são vistas apenas como as catadoras dos mariscos que seus maridos capturam. Essa visão, evidenciada nesta pesquisa, revelou-se equivocada.

Ressalto, ainda, a receptividade e a alegria dessas mulheres ao serem convidadas para participar da pesquisa. Elas se sentiram valorizadas ao perceberem o interesse em documentar o que fazem com tanta maestria.

Diante disso, concluo que é essencial que políticas públicas e ações na esfera educacional do município implementem estratégias que possibilitem a superação de algumas fragilidades e sejam sensíveis à situação das mulheres marisqueiras, considerando o trabalho exaustivo e o reconhecimento delas como trabalhadoras de um ofício que, além de gerar renda para o município, é protagonizado por mulheres historicamente invisibilizadas. Espero que este trabalho contribua para que as marisqueiras de São João de Pirabas assumam seu protagonismo na sociedade e sejam respeitadas tanto como mulheres quanto como profissionais de um ofício fundamental.

FONTES

I. FONTES ORAIS:

ENTREVISTADOS	IDADE	LOCAL DE NASCIMENTO	OCUPAÇÃO
Ana Maria dos Santos Cardoso	46 anos	São João de Pirabas	Marisqueira
Carmem Lúcia Almeida do Nascimento	50 anos	São João de Pirabas	Marisqueira
Maria Sebastiana Mendonça	80 anos	São João de Pirabas	Aposentada
Raimunda Corrêa da Silva (Adriana)	36 anos	São João de Pirabas	Marisqueira
Rosa dos Santos Albuquerque	59 anos	São João de Pirabas	Marisqueira e Presidente do Conselho Deliberativo da Resex Viriandeua

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Edna F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, Lourdes G.; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiuza de (Orgs.). **Povo das águas**: realidade e perspectiva na Amazônia. Belém: MPEG, 1993, p. 63-81.
- AMARAL, Shirlena Campos de Souza; NETO, Ari Gonçalves. Mulheres na pesca e a luta por reconhecimento. **InterSciencePlace**, v. 16, n. 1, p. 265-277, 2021.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: A Experiência Vivida. Vol. 2. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações – CBO**, 2021. Disponível em: <http://www.mtebo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>. Acesso em: 7 dez. 2024.
- CALAZANS, Roseni Santana. Marisqueira é pescadora: mulheres negras do quilombo de São Braz–Santo Amaro, Bahia. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 9, n. 23, p. 82-108, 2017.
- CAVALCANTI, Diego Rocha Medeiros. **Mulheres nas águas**: Um estudo sobre relações de gênero na pesca. 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.
- D'OLIVEIRA, Mariane Camargo; TAVARES, Carla Rosane da Silva. A invisibilidade das mulheres nas relações sociais: mitificação dos gêneros. In: XVI Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2011, Cruz Alta. **Anais...** Cruz Alta: Universidade de Cruz Alta, p. 1-4, 2011.
- FALCÃO, Ila Rocha *et al.* Prevalência dos distúrbios musculoesqueléticos nos membros superiores e pescoço em pescadoras artesanais/marisqueiras em Saubara, Bahia, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 8, p. 2469-2480, 2015.
- FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.
- FONSECA, Selva Guimarães. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. **História Oral**, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA., 1990.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão social do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HUGUENIN, Fernanda Pacheco da Silva. Peixe de homem, marisco de mulher: reflexões sobre a política de desenvolvimento e apoio às mulheres marisqueiras. In: 10º Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 2021, Niterói. **Anais...** Niterói: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, p. 1-5, 2021.

JESUS, Roseni Santana de. Pescador e marisqueira: identidades em conflito. In: V Seminário da Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento, 2015, Cachoeira. **Anais...** Cachoeira: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2015.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MANESCHY, Maria Cristina; SIQUEIRA, Deis; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 03, p. 713-737, 2012.

MAREAN, Curtis W. *et al.* Early human use of marine resources and pigment in South Africa during the Middle Pleistocene. **Nature**, v. 449, n. 7164, p. 905-908, 2007.

MARQUES. Núbia N. **Mulheres x cultura de subsistência**. Aracaju: Editora UFS, 1983.

MARTÍNEZ, Silvia Alicia; HELLEBRANDT, Luceni. **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil**. Campos dos Goytacazes: EDUENF, 2019.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 3, n. 2, p. 377-400, 1999.

OLIVEIRA, Magda Matos de. **Atividade pesqueira e marisqueira feminina**: as condições de saúde e adoecimento da mulher no município de Paripueira. 2018. 118 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Pública, Centro Universitário Tiradentes, Maceió, 2018.

PALMA, Lavínia; RICHWIN, Iara Flor; ZANELLO, Valeska. Dispositivos de subjetivação e sofrimento das mulheres: para uma escuta gendrada das emoções no campo da psicoterapia. **Caderno Espaço Feminino**, v. 33, n. 2, p. 107-130, 2021.

PENA, Paulo Gilvane Lopes; MARTINS, Vera; REGO, Rita Franco. Por uma política para a saúde do trabalhador não assalariado: o caso dos pescadores artesanais e das marisqueiras. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 38, n. 127, p. 57-68, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Pólen, 2019.

SANTANA, Cláudia Grace dos Santos; ALMEIDA, Inailde Corrêa de. O saber das amazônidas: o protagonismo das mulheres na atividade de pesca em Santarém, Pará. **Papers do NAEA**, v. 1, n. 1, p. 1-17, 2022.

SANTANA, Yana Roberta Marques da Silva. **Trabalho e direitos humanos**: um olhar sobre as mulheres marisqueiras. 2020. 119 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Tecnologias e

Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas, Centro Universitário Tiradentes, Maceió, 2020.

SILVA, Juliana de Almeida Carvalho; CUSTÓDIO, Crislei de Oliveira. Educação, transmissão e cultura: as cantigas tradicionais como legado histórico-cultural no contexto escolar. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, v. 10, n. 3, p. 29-50, 2021.

WOORTMANN, Ellen F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades “pesqueiras” do Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 18, p. 41-61, 1992.